

## REPENSAR A TRADIÇÃO CRÍTICA HUMANISTA PARA NOSSO TEMPO: A LIÇÃO DE ERNESTO GRASSI

Eduardo Cesar Maia (UFPE)

### Os sentidos de uma tradição crítico-filosófica “humanista”

Ao observarmos retrospectivamente o século XX e, ainda, os princípios deste século corrente, seja no âmbito da teoria e da crítica literária ou no campo mais abrangente do pensamento filosófico, um fenômeno interessante na história das ideias nos salta à vista: observe-se quantas vezes a palavra *humanismo* – assim como a chamada crítica literária humanista – já apareceu estampada nos mais diversos obituários... A *causa mortis*, é claro, foi atestada por muitos pensadores e teóricos que, além de realizar o diagnóstico, ainda se dispuseram a fazer o trabalho de coveiro, jogando a pretensa última pá de terra sobre uma tradição intelectual antiga e plural que, entre suas principais características, revela uma capacidade virtualmente inesgotável de autorregeneração, de adaptação a novos contextos e circunstâncias; além de um desapego em relação a formulações dogmáticas, a grandes sistematizações autotélicas e, ainda, por carecer de um *corpus* doutrinário rígido. Será, portanto, fracassada qualquer tentativa de enxergar o humanismo como um conceito unívoco, constante e imutável, ou, como é bastante recorrente, reduzi-lo historicamente ao contexto do Renascimento Italiano. Durante vários momentos da história, características e ideais humanísticos foram associados às mais diversas correntes de pensamento, à religião (teologia), à arte ou mesmo a programas políticos e ideológicos.

Uma das características mais importantes da tradição humanista é o entendimento de que as grandes questões humanas não podem ser bem compreendidas se tratadas como realidades compartimentadas e estanques: os domínios da política, da

arte, da religião, da estética ou da ética são respostas humanas diversas a interpelações existenciais diferentes, porém indissociáveis, confluentes e interativas. A partir de tal concepção, a literatura participaria da história de uma forma dialogal, fazendo parte de uma grande e interminável conversação humana a respeito de todos os tipos de situações e problemas vitais, sejam de natureza mais propriamente individual ou de abrangência mais social. As obras de arte literárias, portanto, suscitariam, antes de tudo, um tipo de conhecimento ligado à experiência vital, ao diálogo entre os homens, porque, diferentemente das proposições da lógica ou da ciência, não se propõem simplesmente a apresentar enunciados verdadeiros: elas problematizam a dimensão *valorativa* da realidade humana e seus aspectos *difíceis*. A literatura, assim compreendida, aparece como um ponto de irradiação e de discussão de todo tipo de valores – éticos, estéticos, políticos etc. –, os quais não podem ser completamente dissociados uns dos outros, nem matematicamente e cientificamente quantificados ou calculados.

Tal tipo de abordagem, que foge essencialmente à concepção do crítico como especialista e da literatura como fenômeno autônomo e autotélico, foi duramente combatido por grande parte das tendências teóricas que dominaram os estudos literários do século passado. Pretendo apresentar aqui algumas reflexões relativas justamente a esse conflito, e defender a ideia de que a maioria dos filósofos e teóricos literários que se opuseram ou negaram a validade intelectual da tradição humanista, por motivos diversos, enxergaram-na de forma parcial e, muitas vezes, equivocada. Uma proposta humanista revisada e atualizada, no entanto, supõe uma autocrítica: não é já possível pensar o humanismo enquanto visão essencialista e idealizada; a aceitação da contingência da linguagem, dos valores e das perspectivas críticas é o ponto de partida.

Apresentarei, neste pequeno artigo, os pressupostos do pensamento do filósofo italiano Ernesto Grassi como contraponto às tendências anti-humanistas da filosofia contemporânea (a partir de sua resposta ao Heidegger da *Carta sobre o humanismo*); e, posteriormente, relacionarei tais concepções a uma proposta de crítica literária humanista adaptada ao contexto atual.

### **Do problema filosófico ao problema crítico**

De forma especial no século XX, um tipo de discussão conceitual preocupada em definir claramente o âmbito próprio da crítica e da teoria literárias (seus métodos, sua

linguagem própria, seus objetivos, etc.) tomou proporções mais gerais devido à estreita relação que se estabeleceu entre a nova e inovadora teoria literária e algumas correntes linguísticas, filosóficas, sociológicas e psicanalíticas. Dessa relação – e de forma diferente em cada caso – nasceu a pretensão de se criar uma *ciência da literatura*, dotada de metodologia rigorosa e de terminologia conceitual nova, comparável a das chamadas *ciências naturais ou exatas*, o que acabou por estigmatizar as formas de crítica tradicionais – entre elas a tradição crítica humanista.

Existe uma semelhança interessante e significativa entre as aspirações racionalistas e objetivistas da filosofia tradicional e certas proposições advindas das principais correntes de teoria literária que se desenvolveram no século passado, principalmente no sentido de que ambas assumiam o objetivo de serem discursos *fundamentadores*. Enquanto a filosofia racionalista buscava, a partir da tradição de especulação ontológica que se remete originalmente ao pensamento de Parmênides e ao projeto platônico, abandonar a esfera do meramente sensível, do transitório e contingente e chegar à palavra definitiva – ao conhecimento da realidade *em sua essência*, substituindo a opinião (*doxa*) pelo conhecimento racionalmente fundamentado (*episteme*) –, as primeiras grandes correntes da teoria literária pretendiam funcionar como metodologias *metacríticas*, quer dizer, tentavam ser uma espécie de fundamentação e servir como legitimação intelectual da crítica e do conhecimento literários.

Tal concepção – de *teoria como metacrítica* – pode levar a excessos perigosos: é como se houvesse um lugar superior de onde o teórico pudesse avaliar de forma isenta as manifestações críticas singulares e concretas, funcionando como uma espécie de *tribunal da razão crítica*. É justamente nessa pretensão que acreditamos se encontrar a primeira importante divergência entre a filosofia racionalista tradicional (e algumas correntes de teoria literária em seu encalço) e a tradição intelectual humanista. Segundo Antoine Compagnon, em *O demônio da teoria*, o fim do humanismo na crítica literária teria ocorrido exatamente no momento em que “a teoria literária se arvorou a ser crítica literária” (COMPAGNON, 1999, p. 17), e acabou muitas vezes tomando seu espaço tanto na academia quanto no jornalismo e negando sua legitimidade.

A natureza contingente da crítica literária se deve a sua origem como gênero jornalístico (EAGLETON, 1999, p. 29), que deve lidar com o efêmero, com o

circunstancial. Enquanto o teórico almeja criar um vocabulário – ou simplesmente repetir um jargão criado por outros teóricos – que seria, em sua pretensão, eternamente aplicável a toda sorte de texto literário; o crítico, por outro lado, é obrigado a lidar “sisificamente” com o dinamismo próprio do desenvolvimento literário, com os conflitos entre a atualidade e a tradição herdada, com a própria reforma pessoal e com as transformações sociais, de valores e de vocabulário. Não se trata, portanto, de uma disputa entre os críticos em torno da descoberta de uma verdade última, senão do enriquecimento de uma conversação cultural interminável, para usar a expressão de Richard Rorty.

Cabe aqui uma analogia entre essa tendência – presente em diversas correntes de teoria literária – de busca por um vocabulário técnico especial (muitas vezes esotérico e deliberadamente hermético) e as pretensões da filosofia racionalista tradicional no sentido de encontrar uma linguagem perfeita, que represente fielmente – como um espelho – a realidade. Ambas as tendências – da teoria literária e da filosofia racionalista –, cada uma a sua maneira, pressupõem um afastamento do ideal humanista da busca do conhecimento através do *diálogo entre os indivíduos*. Assim, a crítica literária pensada como *ação humana* – com finalidades próximas e atentas às demandas da vida comum – é a que se aproxima da proposta *edificante* da tradição humanista, que diverge frontalmente da tendência teórica ao *monólogo intelectual* afastado da experiência existencial concreta. De fato, a teoria literária muitas vezes pareceu querer estar acima das contingências e das perspectivas (*sub specie aeternitatis*).

### **Ernesto Grassi e a reabilitação da “tradição velada”**

O filósofo italiano Ernesto Grassi (Milão, 1902-1991), pouco conhecido e estudado no Brasil, propõe uma visão particular a respeito do problema da *palavra* na história da filosofia. Grassi defendeu uma perspectiva inovadora e se opôs ao anti-humanismo declarado de seu professor Martin Heidegger. O pensador alemão considerava o humanismo um movimento meramente literário, filológico e retórico, sem qualquer alcance especulativo, e que recaía numa antropologia neoplatônica (metafísica), a qual teria sido completamente superada pelo mesmo Heidegger em *Sein und Zeit* (1927). O pensador italiano, por sua vez, sem desprezar as críticas que seu tutor alemão havia lançado sobre o projeto racionalista e metafísico da filosofia ocidental, mostrou que

Heidegger só havia entendido parcialmente o alcance do humanismo, pois o havia observado exclusivamente em uma de suas raízes: a platônica. Grassi, após revisar detidamente uma série de pensadores que sempre foram deixados à margem da filosofia “oficial”,<sup>1</sup> defendeu a revalorização estritamente *filosófica* do pensamento humanista latino – muitas vezes considerado somente a partir de um ponto de vista literário e retórico.

Ao contrário da visão negativa apresentada por Martin Heidegger em sua famosa *Carta sobre o humanismo*,<sup>2</sup> Grassi desenvolveu por mais de quatro décadas, em diversos livros e ensaios, a ideia de que a tradição humanista em filosofia é muito mais do que uma mera versão cristianizada do velho essencialismo platônico (aquilo que Heidegger chamou, na tradição filosófica ocidental, de projeto *onto-teológico*). Platão teria estabelecido como direção principal da filosofia o princípio racionalista de que “a *res* existe em si e por si, e que a racionalidade humana pode conhecê-la em sua consistência ontológica” (DAMIANI, 1997, p. 423-424); e que o labor do autêntico filósofo é estabelecer uma definição racional de tudo aquilo que existe, fixando a identidade essencial dos entes. A concepção platônica de *mundo das ideias*, como um nível ontológico superior à simples realidade sensorial (o mundo instável dos sentidos), é basicamente a representação desse ideal epistemológico.

Segundo Grassi, Heidegger identificou o humanismo dentro dessa perspectiva, e enxergou nessa tradição apenas

uma variante da metafísica tradicional que ele claramente rechaça. A discussão de seu anti-humanismo, portanto, implica também a questão de se o humanismo, em sua significação filosófica, é parte da metafísica tradicional (GRASSI, 1992, p. 22).

A crítica do pensador alemão atinge justamente uma concepção de humanismo de índole *platonizante*, muito difundida e influente, que se caracteriza por estabelecer uma metafísica em torno da ideia de homem e do seu lugar no cosmos. Esse humanismo idealista acredita numa dignidade superior do ser humano fundada num valor

---

<sup>1</sup> As investigações de Ernesto Grassi partiram de uma revisão crítico-filosófica de autores como Dante, Petrarca, Quintiliano, Cícero, Angelo Poliziano, Coluccio Salutati, Lorenzo Valla, Albertino Mussato, Leonardo Bruni e, principalmente, Giambattista Vico.

<sup>2</sup> Heidegger afirmou de maneira taxativa e direta: “[...] o pensamento expressado em *O ser e o tempo* vai contra o humanismo” (HEIDEGGER, 1949).

transcendental, absoluto e universal, que estaria fora da história e acima das contingências. Outro exemplo de concepção de caráter humanista fundamentada em premissas idealistas e racionalistas foi desenvolvida pelos pensadores da Ilustração a partir da ideia de que a racionalidade proporcionaria um meio para uma moralidade universal. Os pensadores iluministas achavam que a razão poderia conduzir os homens por um caminho de comunhão; bastava com que os homens aceitassem a racionalidade como guia que os conflitos morais e éticos deixariam de existir. Esse otimismo derivava da crença de que os valores humanos poderiam ser derivados de uma natureza humana universal que podia ser analiticamente perscrutada. Quer dizer, todos os homens, se usassem de sua capacidade racional, encontrariam um único e comum caminho para suas ações: “Todo o programa ocidental de reforma aperfeiçoadora derivava desse racionalismo otimista” (IGNATIEFF, 2000, p. 211). A crítica dos românticos a tal concepção se baseou justamente na constatação de que os valores eram *criações humanas* que variavam no tempo e no espaço, de acordo com a forma de vida e de luta pela sobrevivência de cada sociedade.

A concepção *platonizante* – idealista e racionalista – de humanismo desconsidera, segundo Grassi (em acordo com Heidegger), justamente as características mais marcantes do homem em sua vida concreta: a finitude, a contingência e a circunstancialidade que marcam sua existência e sua forma de *conhecer* o mundo.

Na perspectiva alternativa reconstituída por Ernesto Grassi, a característica fundamental comum aos grandes pensadores humanistas é a centralidade que a reflexão sobre a linguagem humana assume em suas filosofias; ou seja, é basilar a essa vertente do humanismo a reflexão sobre a interpretação da palavra enquanto instrumento da ação humana em sua realidade concreta, e não em termos completamente abstratos e logicistas: “A tradição filosófica ocidental estabeleceu desde o princípio uma distinção fundamental entre o discurso retórico-patético e o discurso lógico-racional” (Grassi, 1993, pág. 1). A retórica, com o objetivo pragmático de “mover as almas”, (ARISTÓTELES, 2000, pág. 29), atua sobre o *pathos*, quer dizer, sobre os instintos e paixões humanas, com o intuito de persuadir o interlocutor a atuar ou a adotar uma determinada postura ética, diante não de uma questão abstrata, mas de uma situação concreta. O discurso estritamente racional, por sua vez,

Baseia-se na capacidade humana de fazer deduções, de extrair conclusões de premissas. O discurso racional consegue seu efeito demonstrativo e seu caráter

vinculante mediante a demonstração lógica. O processo dedutivo está completamente fechado em si mesmo e não pode admitir formas de persuasão que não se derivem do processo lógico (GRASSI, 1993, pág. 2).

Por sua vez, o discurso lógico-científico é impessoal, anônimo – independe da disposição particular e contingencial do indivíduo que o profere. Além disso, “como as conclusões do processo racional não podem ser limitadas a um tempo ou lugar determinados e estão deduzidas a partir de um rigor universal e necessário, sua *a-historicidade* é evidente” (GRASSI, 1993, pág. 2).

### **Característica de um humanismo crítico para nosso tempo**

A partir de uma visão humanista nos moldes defendidos por Grassi, a crítica literária não pode se resumir a um saber teórico, formal ou meramente abstrato. Ela seria muito mais relevante como parte de um diálogo cultural interminável e como forma – auxiliar da literatura – de enriquecimento e ampliação das experiências individuais de mundo. Um equívoco básico de alguns dos discursos teóricos mais representativos no século passado foi o de presumir que o objetivo primeiro da crítica é buscar a verdadeira interpretação, a verdade última sobre as obras. A estreiteza dessa concepção contaminou as teorias literárias com a ideia de que, com uma metodologia correta de análise literária – de pretensão científica – o problema da literatura estaria resolvido. A crítica, felizmente, ultrapassa em muito esse pontual objetivo. O problema central da crítica literária não é a busca de uma metodologia que garanta a descoberta de certezas e de verdades objetivas a respeito de textos literários; o trabalho do crítico relaciona-se, de forma mais essencial, com a busca de verdades intersubjetivas – moderadas, provisórias e negociadas dialogicamente: o desenvolvimento e a ampliação da imaginação literária não é uma questão de acumular resultados. A crítica humanista é aquela que depreende da obra literária uma visão integral da cultura e, ao mesmo tempo, afirma, dentro do ambiente que a produz ou a influi, a singularidade do indivíduo. Um Humanismo para nosso tempo começa pelo reconhecimento de que a cultura, a linguagem, a filosofia e, obviamente, a crítica literária são respostas às necessidades humanas, aos problemas da vida humana (da pessoa real, concreta e efetiva, e não do sujeito abstrato, idealizado); e

parte também do reconhecimento da linguagem comum (e não somente da linguagem formal lógico-filosófica) como forma válida de conhecimento, de interpelação existencial e de especulação sobre o real. A questão do uso contingente da palavra é, portanto, ponto essencial da reflexão humanista: é a primeira forma que o homem encontra para responder às suas carências; é o meio de expressar sua humanidade e a visão particular de suas circunstâncias. Um crítico de orientação humanista, nos dias de hoje, é aquele que, por prudência e reconhecimento do caráter radicalmente contingente de sua atividade, recusa-se a adotar preceitos universais, disjunções absolutas, teorias totalizantes e qualquer forma de monismo metodológico.

Para repensar a tradição da crítica humanista para nosso tempo,<sup>3</sup> devemos partir, pois, do entendimento de que a literatura não tem um propósito fixo e imutável: ela participa do jogo social em que todos os propósitos estão em contínua redefinição, tanto do ponto de vista individual como do coletivo.

\*

## Referências

Alborg, J. L.: *Sobre crítica y críticos*. Madrid: Gredos, 1991

Aristóteles: *Retórica*. (Q. Racionero, Trad.) Madrid: Gredos, 2000.

Compagnon, Antoine: *O Demônio da teoria*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Damiani, A. M. Estudio bibliográfico: “Ernesto Grassi, La filosofía del humanismo”. *Cuadernos sobre Vico* 7/8, 1997, págs. 423-424.

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais detalhada sobre o tema, ver: MAIA, Eduardo C. 2013. *Crítica e contingência: uma reavaliação da crítica humanista através do perspectivismo filosófico de José Ortega y Gasset e do personalismo crítico de Álvaro Lins*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutorado disponível em <http://www.pgletras.com.br/2013/teses/tese-Eduardo-Cesar-Maia.pdf>



Eagleton, Terry: *Literary Theory: an Introduction*. Oxford: Blackwell, 1996.

\_\_\_\_\_. *La función de la crítica*. Barcelona: Paidós, 1999.

\_\_\_\_\_. *Depois da Teoria: um Olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo*. Tradução Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização, 2005.

Friedman, R. e Miller, S. *Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea*. (A. J. Gonçalves, & Á. Hattner, Trads.) São Paulo: Unesp, 1994.

Grassi, E. “La rehabilitación del humanismo retórico: considerando el antihumanismo de Heidegger”. *Cuadernos sobre Vico* (2), 1992, pág. 22.

\_\_\_\_\_. *La filosofía del humanismo: preeminencia de la palabra*. Barcelona: Anthropos, 1993.

\_\_\_\_\_. *Vico y el humanismo: Ensayos sobre Vico, Heidegger y la retórica*. (J. N. Pérez, Trad.) Barcelona: Anthropos, 1999.

Heidegger, M. *Brief über den Humanismus*. Berna: Lehrer der Wahrheit, 1949.

Ignatieff, Michael (2000). *Isaiah Berlin: uma vida*. Rio de Janeiro: Record.

Knapp, S. e Michaels, W. B. “Against theory”. Em *Critical Inquiry* (Summer, 1982), 8 (4), págs.723-742.

Rocha, J. C. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: Argos, 2011.